



A QUESTÃO DE LIMITES BRASIL—GUIANA (**)

Walter Pinheiro Guerra

Materia extraída de palestra proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História de Minas Gerais.

Todos acompanhamos o desenrolar dos acontecimentos, quando a Grã-Bretanha, na pouco distante crise anglo-platina, surgida nas Malvinas, acabou por triunfar sobre as armas argentinas. A posição do Brasil perante o conflito, tornou-se delicada. Manteve neutralidade quanto às operações bélicas. Contudo, no que tange à ação diplomática, alinhou-se aos demais países do continente, na condenação à atitude da Inglaterra.

Além da solidariedade continental, há outro aspecto que vem de um longínquo passado, quando, também nós, sofremos pressões políticas, emanadas daquela nação européia. Esse mesmo passado é repleto de incidentes diplomáticos, em que nossos chanceleres

agiram com prudência, obstinação e inteligência.

É o tempo em que aquela nação era a rainha dos mares e dona do mundo. Vem, desses arredados tempos, a raiz de outra questão a agitar parte do continente sul-americano. Refiro-me à pendência Venezuela—Guiana, relativa à região do Essequibo.

Passaram-se os anos. Houve uma defervescência no rumoroso processo, que está agora, por vir à tona. Em parte, isso se deve ao cidadão anglo-germânico *Robert Hermann Schomburgk*, cuja atuação foi prejudicial tanto ao Império do Brasil, quanto à pátria do Bolívar.

Conhecedor de sua atuação naquelas paragens, confesso que lhe devotava admiração e respeito, nunca me furto em citar-lhe o nome e suas atitudes, em alguns escritos sobre o

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME.

Território Federal de Roraima. Tinha-o na conta de um destemido explorador e sertanista. Ultimamente, porém, empenhado em que me encontro em revelar minha vivência na 1.^a Comissão Brasileira de Limites (setor norte), passei por desconcertante decepção.

O ídolo tinha pés de barro, despenchando da altura em que o colocara. Compulsando a magnífica obra do Embaixador Teixeira Soares, *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, vim a saber quem foi, realmente, *Robert Hermann Schomburgk*, nada mais que um audaz aventureiro, cuja nefasta atuação, sob a égide da Inglaterra, ocasionou perdas territoriais ao Brasil e à Venezuela.

No século XVII, a região hoje conhecida como Guiana, juntamente com o Suriname de nossos dias, pertenciam à Holanda, assim como os territórios de Demerara e Berbice. Constituíam uma colônia única, tendo por capital *Stabroek*, a Georgetown de agora.

Durante a Revolução Francesa, a Holanda foi ocupada pelas tropas revolucionárias gaulêsas. As possessões pertencentes aos Países Baixos, desde então, passaram à jurisdição francesa. A Inglaterra, porém, considerou-os como “territórios ocupados”.

No Tratado de Paz de Viena, em 1814, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, “por compra”, passaram à soberania inglesa, restando, à Holanda, apenas o Suriname.

Nesses movimentos históricos, situa-se a gênese da controvérsia que ainda hoje perturba a paz de nosso continente.

o Aquilo que eufemisticamente

chamou-se “compra” daqueles territórios, provocou dúvidas nos meios diplomáticos da época. Nada mais foi que uma ocupação *manu militari* pura e simples. Mera cortina para encobrir os reais intentos da Rainha Vitória. Ao abocanhar essa parte do território sul-americano, a grande e toda poderosa Inglaterra englobou a região do Essequibo, que fora posse da Venezuela, desde os tempos da GranColômbia.

Achando-se a Guiana incluída na *Commonwealth* britânica, é certo que a Inglaterra lutará para que a Guiana não sofra o desmembramento requerido pela Venezuela.

Quanto ao Império do Brasil, por volta de 1842, perdeu extensa faixa de fronteiras na região do Pirárá, não sem incidentes. Um dos artífices desse desmembramento foi nada menos que o nosso já conhecido *Robert Hermann Schomburgk*, que surgiu na história por volta de 1835 e 1836.

Credenciado pela Real Sociedade de Geografia de Londres para proceder a estudos e levantamento da vasta região indevidamente incluída nos domínios britânicos, *Schomburgk* meteu mãos à obra, com o fito único de estender, ao máximo, a soberania de S. M. britânica.

Antes dele, porém, em 1812, *Charles Waterton* andou por aquelas plagas, chegando até ao Forte de S. Joaquim e ao fortim do Pirárá. Desconfiados com as repetidas incursões de *Schomburgk* e outros ao território nacional, nossas autoridades, como o brigadeiro Soares de Andréia, ordenou ao comandante do Forte de S. Joaquim, Capitão

Ambrosio Alves, que o intruso se abstinhasse de ultrapassar nossa fronteira.

Cinicamente, em 1839, *Schomburgk* retornou à região do Pirára, onde encontrou um destacamento montando guarda ao fortim ali existente. Até que, em 1840, o Capitão José de Barros Leal, novo comandante do Forte de S. Joaquim, intimou a retirada do território do reverendo *Thomas Youd*, que ali fora colocado em 1838, pelo indefectível *Schomburgk*.

Sem levar em conta os acidentes geográficos, tal como o faziam os geógrafos portugueses, não se pejou o intruso em plantar marcos fronteiriços de forma indiscriminada. Logo após, teve de retirá-los por ordem superior, diante do protesto do governo brasileiro.

Para a Inglaterra, que o apadrinhara, valia tudo. Foi mais além. Chegou ao cúmulo de inventar uma linha imaginária que recebeu seu nome: *Linha Schomburgk!* Não trepidou igualmente em trocar sua nacionalidade prussiana pela inglesa. Como prêmio ao seu servilismo, foi autorizado a usar o título de "Sir". Por um prato de lentilhas, numa repetição da passagem bíblica, abriu mão de sua pátria de origem, comprado que fora, pelo pomposo título.

Referida linha geodésica com seu nome figurou como válida até 1895. Nunca levou em conta os direitos dos países limítrofes Brasil e Venezuela. Na ânsia de atender ao insaciável apetite inglês, chegou mesmo a forjar mapas, mediante os quais pugnava pelos interesses de sua nova pátria.

No que diz respeito ao Brasil, foi

de uma audácia sem conta. Em 1838, instalou na região do Pirára o já mencionado pastor *Youd*, que, entre outras coisas, estava ensinando aos nossos pacatos índios Macuxis a gritarem, alto e bom som, *God Save the Queen...*

Além de violentarem a crença religiosa dos indígenas, que, tal como gregos e romanos, possuem um infindo panteon de divindades, pretendiam impor-lhes um monoteísmo que não conheciam e não lhes interessava. Porfiavam por fazer deles fiéis súditos da Rainha Victória, então no trono. Para atender às reivindicações territoriais, os índios eram movimentados como peças de xadrez, bastando deslocá-los para determinadas áreas. Alegavam que eram tribos independentes, ocupando territórios igualmente independentes. Passavam eles, então, a ocupantes dos mesmos, a beneficiar a Inglaterra, em seu jogo político.

Na realidade, padeciam da mesma imutável situação de párias da sociedade, ou filhos bastardos da nação. Vendo que não atingia seus inconfessos propósitos quanto ao Brasil, virou-se para a Venezuela, mais precisamente a região do Essequibo, que voltou à ordem do dia.

Anteriormente, acompanhado de um destacamento militar, chegou até o Pirára semi-abandonado. Contra a audaciosa invasão, protestou o Capitão Leal, assim como o frade D. José dos Santos Inocentes, Capelão do Forte de S. Joaquim. Foi quando o governo inglês houve por bem ordenar o recuo do destacamento levado por *Schomburgk*. Ficara obcecado pelo seu conceito de "fronteiras elásticas" por ele

mesmo imaginado, que, segundo ele, separava a Guiana da Venezuela. Para firmar e defender o conceito por ele criado, em alemão, escreveu o livro a que denominou *Viagens da Guiana Inglesa* (1840-1844).

Em 1868, outro explorador britânico e também indianista, *W. H. Brett* por lá andou. Escreveu então o livro *As Tribos Indígenas da Guiana*.

Logo em seguida, em 1883, outro inglês, *Sir E. I. Im Thurn* publicou obra intitulada *Entre os Índios da Guiana*. Tal era o interesse da Velha Albion pelas terras guianenses, sujeitas, segundo a teoria de “fronteiras elásticas”, a debitar-se em favor da Inglaterra, porém prejudiciais ao Brasil e à Venezuela. Persistiu a pendência fronteiriça entre o Brasil e a Inglaterra, até que, em 1901, Joaquim Nabuco, nosso Ministro em Londres, propôs à Chancelaria Britânica que a questão fosse resolvida por arbitramento.

Recaiu a escolha sobre o Rei Victor Manuel III, da Itália. Esse soberano, despreparado para missão de tamanha envergadura e sem inteirar-se devidamente das reais condições do problema, ao que parece, desejou imitar o sábio rei Salomão, de que nos fala a Bíblia.

Era um duelo desigual, entre duas monarquias seculares e duas jovens repúblicas do Continente Sul-Americano. Simplisticamente, pelo laudo arbitral de 6 de junho de 1904, o rei italiano partiu ao meio o território litigioso.

Não demonstrou, porém, a sabedoria e equanimidade do lendário rei de Israel. Concedeu à Inglaterra 19.630 km² do território, a parte do leão, ao

país europeu. Ao Brasil sobrou a parte menor, medindo 13.570 km²!

Em 1982 a Venezuela voltou a pleitear área que diz pertencer-lhe, pretendendo tomar da Guiana 2/3 de seu território. E não se julgue que foram incruentos os desentendimentos ocorridos entre o Brasil e os ingleses da Guiana. Brasileiros radicados no antigo município amazonense de Boa Vista do Rio Branco, inconformados com a pretensão dos estrangeiros, e sem sabê-lo, fazendo valer o conceito diplomático do *uti possidetis*, continuaram a recolher balata e outros produtos florestais, das terras que, para eles, para todos os efeitos, eram nossas.

Em Boa Vista, ouvi o relato de episódio tragicômico, envolvendo dois tios de minha esposa. Plantados em território litigioso, os ingleses, ao saberem da presença de brasileiros, convidaram-nos a parlamentar.

Para o acampamento inglês dirigiram-se os brasileiros Victor Mota e Pedro Rodrigues. Armara-se uma cilada. Tão logo defrontou o acampamento, o primeiro recebeu tiro em plena testa, prostrando ao chão. Pedro Rodrigues, pernambucano e exímio atirador, com seu rifle, deitou por terra oito adversários.

Sagazes como sempre, os novos donos haviam colocado pretos barbadianos atrás de couros estendidos como preparo ao curtume. Através de orifícios praticados nos couros, os pobres dos barbadianos introduziam o cano dos rifles.

Mais ligeiro e esperto, Pedro Rodrigues percebera de onde partia a fuzilaria, mandando bala sobre eles. Nunca

foi incomodado pela justiça, numa terra em tudo semelhante ao *Far-West*.

Tempos depois, indagado se realmente abatera oito barbadianos, Pedro Rodrigues negava o fato. Segundo ele, nada mais fizera do que “naturalizar” como brasileiros aqueles que tentaram matá-lo e que invadiram terras do Brasil.

No que tange aos índios de nossas fronteiras, pouco mudou a situação. Data de 1956 sério e bem elaborado relatório por Comissão de alto nível, designada pelo então Ministro do Interior e Justiça, Dr. Nereu Ramos, para estudos e observações de ordem político-administrativa no Território de Roraima, ex-Território Federal de Rio Branco.

Nesse excelente relatório, foi abordado, entre outros, o problema de nossas fronteiras setentrionais e os índios, seus habitantes. Como dizem os técnicos no assunto, é necessário “mobilizar as fronteiras”, o que demanda todo um sistema de caráter econômico, social e político, que dê ênfase à ocupação real das mesmas. Esse é o testemunho do General Ignácio José Veríssimo que as percorreu, quando no Comando da Amazônia.

Para esse oficial general e outros estudiosos do problema, o melhor elemento para “mobilizar a fronteira”, ainda é o índio, por razões várias.

“Fixados à região”, diz o relatório, “conhecendo as condições naturais, deveriam ter sido, de há muito, integrados no problema da defesa das fronteiras. Seriam excelentes instrumentos de vigilância, de comunicação, de transportes, espécie de tropas auxilia-

res, de grande valor, numa região de mão-de-obra escassa pela tenuidade demográfica”.

Vejamos, agora, a continuidade do trabalho de aliciamiento, iniciado há mais de um século, pelo trêfego *Schomburgk* e o pastor *Youd*. Quem fala é outro oficial superior de nossa Armada, o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Braz Dias de Aguiar, ex-Chefe da 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites: “A maioria da população indígena do Maú (70%) vive do lado britânico. Em virtude da propaganda das missões religiosas mantidas pelo Governo britânico (note-se bem), esses índios são atraídos, em número cada vez maior, para o território da Guiana. A catequese é habilmente feita, e a finalidade religiosa que justifica a presença de missões daquela natureza *cede o seu lugar às ambições de conquista*.” (Nosso grifo.)

Outro estudioso dos problemas amazônicos, Adriano Menezes, em seu livro *O Problema da Colonização Amazônica*, afirma: “A fronteira viva do Brasil é, sem dúvida, bem mais importante do que os marcos erigidos à sombra de tratados internacionais. Via de regra, aliás, na presença do homem é que se estriba o argumento diplomático.”

Foi com esse argumento, a presença de brasileiros de há muito tempo atrás, que, com seu gênio, o Barão do Rio Branco venceu, na conhecida questão do Acre. E não foi por outra razão que os ingleses, através de seus apaniguados, mobilizavam nossos índios a seu bel prazer, no intuito de validar esse conceito diplomático.

Entretanto, maior foi a audácia de *Schomburgk*, incursionando e mesmo espionando território nacional. No ano de 1755, por ordem do extraordinário Ministro que foi o Marquês de Pombal, ordenou aquela autoridade, ao Governador da Capitania do Rio Negro, que erigisse o Forte de S. Joaquim, o que foi feito por volta de 1775. Do ano de 1844, saiu um dos livros de *Schomburgk*, em que ele relata suas observações sobre o referido Forte, obra de pura espionagem, certamente em favor de seus patrões. Ouçamo-lo: “O pequeno Forte, situado a 3° 1' 46 de latitude Norte, foi construído no tempo da invasão dos espanhóis pela Guiana Inglesa que, em 1775, fizeram o seu percurso até Coroni e Uraricará, porto do Rio Branco, entrincheirando-se na vizinhança do Yorumo. Seus muros eram construídos de uma pedra arenosa vermelha, naturalmente *Oliver*, a qual se encontra por perto do Forte.

“Os quatorze vãos eram sustentados por oito a nove pilares. As carretas dos canhões estavam quase destruídas, em geral, e a parte inferior desses canhões, estavam, na maioria, encostada no chão e destruída. A parte leste do Forte era formada de casamatas à prova de bomba, uma das quais era ocupada pelo Comandante. Sobre elas estavam os quartos dos soldados, 60 homens da Milícia Provincial. Alguns sargentos de serviço ativo e o Major Coelho formavam a guarnição. Os velhos e condenados mosqueados ingleses datavam do reinado de um dos *George* e devem ter sido

entregues por um dos poderosos ingleses da Escócia ou da Irlanda.”

É ou não o caso de dizer-se: sempre os ingleses!

Continuemos com o relato: “Pelo número de igarités na vizinhança do Forte, e pela regular quantidade de material de construção que estava sendo descarregado, dava, na realidade, uma aparência de querer fortalecer a região. O Major Coelho era sempre cheio de amabilidades e cortesias. Informou-se que, diariamente, esperava mais oficiais engenheiros para dirigirem as operações e nos mostrou o modelo de novas carretas dos canhões, inventadas por ele, as quais aparentaram, para Mister *Flyor* e para mim, serem inadequadas. O descarregamento do material dos seus transportes para o Forte era feito por índios cuja língua não era nem macuxi nem jaricuna, pertenciam a várias tribos do rio Negro.

“Numa linha reta para o Forte, bem à margem, estavam a residência real do Comandante e do Frade, a igreja e pequenas cabanas de vaqueiros.”

Como se verifica, fez uma espionagem completa, nada escapando ao arguto observador. E o ingênuo Major Coelho a desmanchar-se em amabilidades!

Anteriormente a esse Major, Comandara o Forte o Capitão José de Barros Leal, que também foi iludido pelo velho *Schomburgk* e outros estrangeiros que por ali andaram. Disso resultou sua destituição do comando e rebaixamento como administrador de uma das Fazendas Reais.

Aí está o retrato escrito e acabado

de Sir Robert Hermann Schomburgk, o leviano e maldoso forjador de mapas, pelos quais procurava esticar os

domínios da *pérfila Albion*, como Napoleão costumemente cognominava a Inglaterra.

Dr. WALTER PINHEIRO GUERRA — médico, é sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) em São Paulo, SP.